

A atualidade da proposta política de Jacques Maritain*

Professor Padre Gennaro Giuseppe Curcio
Secretario Geral do Instituto Internacional Jacques Maritain-Roma

Introdução

Nesta palestra terei em conta, claro, o texto de Jacques Maritain, mas também, tentarei fazer uma leitura pessoal que extraia aspectos e elementos novos que possam indicar, em nossa época contemporânea de hoje, um percurso autêntico a seguir na vida e propor uma nova política verdadeira.

A proposta política que nasce das seis lições que Maritain deu nos cursos de verão da Universidade de Santander, em agosto de 1934, vem do sentido que dá a “humanismo”.¹ O erro do humanismo clássico, para o filósofo francês, foi ter sido demasiadamente antropocêntrico. O verdadeiro humanismo, para o autor, põe a liberdade do homem como raiz essencial do ser e da existência e como finalidade, não o alcance de um status já completo no mundo, mas sim, apenas uma finalidade ultra terrena. Esta postura leva o homem à incessante busca da verdade, da beleza e da bondade para que a vida da cidade seja mais autêntica e solidaria. O espiritual ajuda a sociedade, dando fundamento ao humano, por uma ação interior que anima os valores mais fortes presentes no homem, levando-os à luz. O plano temporal esta subordinado ao plano espiritual, mas entre os dois tem que haver uma união em que um não rejeite o outro, mas onde um é totalmente diferente do outro.

Aqui está o conselho de Maritain para a ação prática:

“Se me dirijo aos homens para falar com eles e trabalhar entre eles, num primeiro plano de atividade, no plano espiritual, eu me apresento como *cristão* e assim, engajo a Igreja de Cristo, e num segundo plano de atividade, no plano temporal, não trabalho como cristão, mas tenho que trabalhar *cristão*, empenhando-me a mim mesmo, não a Igreja, e empenhando-me inteiramente, não parcialmente ou sem ânimo?”²

É com essa base que se fundamenta o discurso político de Maritain. *Problemas espirituais e temporais de uma nova cristandade*, sublinha o fundamento da política e como não se deve viver a *res política* sem uma base na pessoa humana, que é quem *in primis* vive os problemas espirituais e temporais da vida social. A nova cristandade, de que fala o filósofo francês, só é possível se partir do humano e não se separar dele. É nesse sentido, ou seja, dando forte espaço ao humano que encontra força a historia do homem e da sociedade. Uma historia que é vivida de forma completa pelo homem, o homem que, muitas e muitas vezes Maritain chama de “pessoa”. A pessoa está na historia, faz historia, concilia e une as coisas temporais às espirituais, um lugar onde o instinto funda o desejo das coisas belas e responsáveis. Por essa análise, a política, a que nasce da pessoa, chega a ser uma verdadeira vocação, dom e serviço de uma comunidade, de uma sociedade.

A leitura que faço do *Humanismo Integral* quer voltar a considerar alguns temas fundamentais como o sentido da historia, do coração e do serviço que nem sempre o texto sublinha bem, para que

*Tradução do texto espanhol por Maria Luiza Marcilio, Presidente do Instituto Jacques Maritain do Brasil.

¹ Jacques MARITAIN. *Unamesimo Integrable*. Roma, Borla, 1980, PP 78-86. (em frances. *Humanisme Integral. Problèmes temporels et spirituels d'une nouvelle chétienté*. Paris, Aubier)

² Idem p 309-310

em nossas comunidades renasça uma proposta política válida e sensata no tempo em que vivemos, onde cada valor perdeu sua luz.

1. A política, entre história e esperança

A história nos leva imediatamente a uma definição universal: “é a memória do que se perdeu, com a esperança do futuro”. Nesta definição entram perfeitamente a memória, o dinamismo e a educação para a esperança, para a família, a comunidade e o Estado. Entre o passado e o futuro está o presente que é transformação e que permite o crescimento do estado social civil. Na lógica do progresso, quem parar na história não fica estático, mas volta para trás, para o passado, porque os outros olham para o futuro e tentam de qualquer forma ir para a frente. O temporal e o histórico levam ao progresso e ao futuro, únicas metas das transformações incessantes de nossa existência. O estadismo reduz nosso futuro, deixando-nos pregados no fosso do passado. Esse percurso é perfeito, porque vivemos todos, sem diferença, até mesmo os animais que, no entanto, não se dão conta das obras extraordinárias que conseguem cumprir. As abelhas constroem colméias bonitas para dar estabilidade à sua vida e a de seus descendentes; as aranhas filam teias perfeitas e artísticas para organizar sua vida, mas nem as abelhas, nem as aranhas vivem de maneira consciente, a importância do futuro, segundo a esperança que guia cada iniciativa.

Maritain tem consciência disso tudo, e entende como as dores e as esperanças de nosso tempo dependem de causas materiais, de fatores econômicos e técnicos, que têm papel principal no movimento da história humana, mas que mais intensamente dependem das idéias, do drama em que o espírito está ocupado, das forças invisíveis que nascem e se desenvolvem em nossa inteligência e em nosso coração. A história não é um desenrolar mecânico de acontecimentos nos quais o homem está simplesmente como estrangeiro. A história humana é humana em sua substância, é a história de nosso ser, de nossa pobre carne, sujeita a todas as escravidões da natureza e de sua própria debilidade, porém vivida e informada por um espírito que lhe dá arriscado privilégio da liberdade.³

O homem não pode prescindir da história, esta pregada nela, está totalmente nela, com todas suas debilidades e fragilidades. Encontra o tempo, as pessoas e os lugares, não de maneira abstrata, mas concretamente. Em Maritain a história não é algo abstrato, mas é algo histórico e concreto⁴; critica Thomas Morus e sua idéia de cidade que constrói um ser de razão, o que está em contradição com a experiência humana.⁵

O que o filósofo Frances chama de ideal histórico concreto não é um ser de razão, mas uma essência ideal realizável. Essência capaz de existência sobre um clima histórico determinado, correspondente a um máximo proporcional (proporcional a esse clima histórico) de perfeição social e política, e que apresenta só - porque implica numa relação efetiva à existência concreta – as linhas de força e os esboços determinantes de uma realidade futura.⁶

A história é fundamental na vida do homem, mas é o homem que faz a história e não a história que faz o homem. Esta é uma passagem muito importante e que permite a reflexão num âmbito puramente metafísico. No centro não podem estar apenas os acontecimentos, mas um homem, que se faz pessoa, vive os acontecimentos e consegue mudar o percurso dos casos humanos por suas

³ Idem. *Raison et raisons*. In *Oeuvres Complètes*, 2000, vol. OX, p. 243,

⁴ J. Maritain. *Umanesimo Integrale*, op. Cit, p. 167-174.

⁵ Tommaso Moro. *L'Utopia*, Bari, Laterza, 1993.

⁶ Maritain, *Umanesimo Integral*. op.cit. p. 168.

escolhas responsáveis ou não. Neste contexto, a política pode ser vivificada pela história, graças à presença viva do ser “pessoa”, dado que só esta forma responsável pode mudar a ação humana e dar outra e nova luz a cada pessoa que mesmo que tenha sua importância, não pode prescindir do espiritual, que leva ao bem que se tem que fazer.

Segundo esta perspectiva, pode-se entender como o humanismo de Maritain, descrito nestas lições, põe a pessoa como centro da relação entre a parte mais material e individual de nosso ser e aquela mais consciente e espiritual, para cultivar a esperança que se apresenta na história.⁷ O movimento da pessoa é um movimento que começando do passado quer reconstruir a si mesmo e à sociedade, no presente, olhando com esperança o futuro de seus filhos na sociedade.

Maritain analisa o problema do homem de maneira profunda para poder marcar um percurso ético que se alheia de uma moral contemporânea, tantas vezes utilitarista, eudemonista*, para abrir-se a uma concepção metafísica da pessoa fundada no ser. Com esta qualidade central da pessoa se aproxima do centro do bem e ambos bem juntos dão vida a uma ética ontológica do *bonum honestum*.

Uma pessoa é um universo de natureza espiritual, dotada de liberdade de escolha e formando um todo independente para o mundo; nem a natureza, nem o Estado podem se colocar nesse universo sem sua permissão.

A reflexão sobre o sentido da pessoa, em Maritain, começa com a relação entre essência e existência. Nessa relação três reflexões são importantes:

- O que se refere à experiência dos existentes;
- A essência é força em relação à existência, no ato de ser;
- Há uma percepção da existência, que é o primeiro fato de cada verdadeira metafísica.

A existência está em lugar da essencialidade. A essencialidade, deixando lugar à existência, permite uma ordem substancial e ao mesmo tempo ontológica. Esse intercâmbio simplifica a compreensão da presença de um sujeito concreto, um suposto, que ao mesmo tempo usa a *essa* substância que lhe pertence, e diferentes esses acidentes, das ações que se originam de suas faculdades. O suposto ou a subjetividade não acrescenta nada à essência, mas a transforma em um em si, em uma interioridade diante da existência, de maneira que transcenda seu próprio ato de existir. Nesta definição de suposto se ligam os fundamentos ontológicos das propriedades da pessoa na ordem ética. O homem, que vive a história e na história, não é algo abstrato, segundo a concepção idealista, pois já não é só matéria, segundo os materialistas, mas é pessoa que vive sua existência no universo diante de outros homens e em relação com eles, para construir uma sociedade livre e autêntica, com responsabilidade.

Nesse mistério que é a pessoa apresenta-se a ação concreta do ser que se faz concreto só na relação com o outro e por isso com a sociedade.

A pessoa, nesse sentido maritaniano e de Mounier, pode dar força, credibilidade e legitimidade e ser ponto de união de uma comunidade e de um Estado que se preocupa com a política. Hoje, há uma alienação da vida política por parte dos cidadãos, mais por uma posição anti partidos, que por uma verdadeira anti política. O povo perdeu confiança na política porque os homens, os políticos, os partidos e as comunidades não buscam mais, com responsabilidade, o bem comum, ao contrário, buscam o bem próprio e egoísta.

⁷ Ibidem

*NT.Eudemonismo- doutrina que admite ser a felicidade individual ou coletiva o fundamento da conduta humana moral.Cf Dicionário do Aurélio.

A pessoa que vive de historia e de lugares nos faz entrar em duas dimensões: o espaço e o tempo; mesmo tendo uma natureza humana, nos faz entrar em um “mais alem”, para encontrar soluções responsáveis das escolhas do homem enquanto pessoa. Estas duas categorias nos dão também algumas dificuldades sobre o sentido do bem comum, que não se pode cair num conceito abstrato e longe de nossas comunidades e de nossas sociedades, mas que tem que nos ajudar a encontrar soluções para participar nas concretas situações do mundo em que vivemos.

O espaço.

A reflexão sobre o espaço, na passagem da universalidade para a realidade, põe alguns problemas, como:

- a. Antes de tudo, para quem tem que fazer escolha política, econômica e legislativa compartilhando bens particulares e bens universais, Maritain deseja uma Europa federativa, onde não se vise ao bem particular de um Estado, mas ao bem de todos. “Uma solução de tipo federativo traz consigo o abandono, por parte dos Estados, de algumas vantagens ambíguas de soberania, para a utilidade de um super Estado, porem dos outros órgãos ordenados sobre essa base de setores comuns de suas atividades e o bem comum de todos”.⁸ Essa solução está acima do país, mas que vem sempre em favor do europeu e que logo depois da Guerra parecia o problema que se devia solucionar. Uma ação que não soluciona o problema em sua plenitude.
- b. O segundo problema é o consentimento dos cidadãos em decisões que, sobre solidariedade e co-responsabilidade, implicam forçosamente em alguns limites na ação da comunidade nacional ou sobrenatural, que no deslocamento parcial até as áreas menos favoráveis em recursos subtraídos à disponibilidade da totalidade dos cidadãos, de quem, em democracia, necessita de seu consentimento. O comercio equitativo e solidário relacionado a uma organização diferente sobre os intercâmbios mundiais, por exemplo, implica numa organização diferente das relações comerciais, na diminuição de algumas proteções, no aumento do preço de algumas matérias primas que afeta o teor da vida dos cidadãos dos Países ricos, em favor dos Países pobres. Há que ver se os cidadãos dos Países desenvolvidos aceitariam esta imposição, inspirada em uma política de solidariedade, ou preferem proteger seu “antigo” interesse nacional.

O tempo.

Também não é aceitável que considerando a pessoa e o bem comum não se considere a historia da humanidade. A cultura dos direitos humanos encontra-se aqui com claro aporte. Mesmo que o tema não tenha sido muito tratado do ponto de vista histórico, tem-se admitido que referir-se aos direitos humanos significaria referir-se aos “atuais viventes”. Em tempos especiais como os de hoje, damos conta de que pouco se tem feito ou se está fazendo para as gerações futuras pensando num homem que está sempre mais interessado num egoísmo fechado que não oferece espaço temporal nem a seus filhos.

⁸ Maritain. *Scritti di guerra*, organizado por Roberto Papini. Roma, Edizioni Studium, 2013, p. 91.

“Estas duas categorias, espaço e tempo, que pertencem de maneira forte ao humanismo da pessoa, nos fazem entender a importância do valor do tempo e do espaço que pertencem primordialmente ao humanismo da pessoa, nos fazem entender a importância do valor de um tempo e de um espaço mais além do humano, porém como dão sentido às coisas por um “além disso”, que pode parecer abstrato e que, ao contrário, se enriquece dos valores, e concretamente pode mudar a ação dos homens e por isso do político. O bem comum, se fosse apenas um conceito abstrato e longe de nossas comunidades, seguramente analisaria de maneira profunda a realidade, porém não conseguiria encontrar decisões para soluções concretas do mundo em que vivemos.”⁹

2. A política entre “coração” e “intelecto”

A pessoa que vive além do tempo e do espaço e tem coração e inteligência, põe as bases para uma política humana que pode ir até o bem comum com responsabilidade e pode permitir o aumento da ação viva e dinâmica das comunidades e dos partidos de maneira autêntica.

O bem comum.

O bem comum quer ser o bem de todos, sem excluir ninguém: doentes, velhos, jovens, crianças, ricos, pobres; seu primeiro destino é a pessoa. Uma sociedade fundada no bem comum não pode e não tem que excluir. O resumo da doutrina social da Igreja sublinha que o bem comum deve nascer da dignidade, unidade e igualdade de todas as pessoas.¹⁰ Nisso há uma volta a compartilhar, a ser solidária e estar perto – sobretudo dos mais débeis, marginalizados, esquecidos – voltando a ver-se com as categorias antigas de “bem comum”, ou melhor, na forma nova do “bem compartilhado”. O “bem” que cada um busca guardar com cuidado, não é apenas um bem para si mesmo, mas é sempre também um bem para os outros. Nessa medida compartilha ideal e também prática. Com o Papa Francisco abre-se uma nova temporada pela doutrina social da Igreja, menos “doutrinal” e mais concreta, mais vital, mais relacionada à vida das pessoas e das comunidades. Segundo esta perspectiva, Maritain torna-se ponto de referência de um autêntico significado do bem comum, ao analisar esta categoria por um conceito universal que se faz vida prática. Maritain se dá conta que sobre esses temas não se tem apenas que falar, mas faz falta conectar-los aos direitos humanos. Só assim se pode entender a ação concreta e prática do “bem comum”. Nesse sentido, há que ir mais além do “espaço” e do “tempo”. Faz falta superar a nação para olhar o mundo e superar nossa realidade presente e olhar para as gerações futuras. A inclinação ao universal da categoria do bem comum – e com ele a mudança do antigo *bonum commune civitatis* ao *bonum commune hominum* – poderá não ser objeto de enunciações abstratas, ou de declamações retóricas, para se transformar na consciência coletiva de um crescimento de qualidade que permita relacionar aberturas inteligentes e solidárias e realismo sadio, ultrapassando a conhecida contraposição weberiana entre “ética da responsabilidade” e “ética do convencimento” e trabalhando de maneira que se concilia a proposta precisa e devida de valores com a capacidade de mediação, indispensável para que esses valores se considerem em seus efeitos positivos de larga temporada, mais que na visão dos sacrifícios imediatos que

⁹ J. Maritain, *Umanesimo Integrael*, op.cit.

¹⁰ Pontificio Consiglio della Giustizia e della Pace. *Compendio della dottrina sociale della Chiesa*. Cidade do Vaticano, LEV, 2004, p. 164.

poderiam proceder. Olhar para o bem comum das novas gerações, deixa ao tema uma reflexão muito mais profunda, diz o filósofo francês, que com força afirma que não se olhem apenas para os problemas que desafiam os períodos de nossas épocas, mas que se devem ocupar com o serviço de solidariedade e de responsabilidade, a longo prazo, destruindo nossos egoísmos e cuidando do espaço e do tempo, para os futuros habitantes. Assim o político na comunidade tem que cuidar de todos, sem se esquecer de ninguém, e tem que dar a todos segundo a esperança ininterrupta por uma vida social melhor. Se a comunidade é o destino de todos os homens, então o bem comum é um bem que há que realizar pessoalmente para a sociedade e “cada povo tem que pensar não apenas em sua vantagem, mas no bem comum da família das nações”.¹¹ Se o bem comum sempre estiver cada vez mais adotado pelo povo, cresceria a comunidade e se superariam todos os interesse particulares que nos bloqueiam.

“O bem comum, assim, ganha sobre os interesses particulares. Então, o mundo do trabalho tem o direito das transformações sociais que a nova idade histórica requer; as massas têm o direito de participar dos bens da cultura e do espírito; o reino das consciências é intocável; os homens com diferentes crenças e com diferentes famílias espirituais têm que reconhecer seus recíprocos direitos como cidadãos na comunidade civil; o Estado tem obrigação com o bem comum, de respeitar a liberdade religiosa, bem como a liberdade de pesquisa; a igualdade fundamental dos homens mostra que os preconceitos de raça, de classe ou de casta são uma ofensa à natureza humana e à dignidade da pessoa e um perigo radical à paz”.¹²

Nesse sentido, a diferença terá como centro de seu status, valores aceitos por todos e cada um, de seu ponto de vista entre teoria e prática, e com a única tarefa prática que se pode ver no bem comum, que vem da liberdade interior, que favorece o diálogo e que busca sobre o bem não como algo pessoal e egoístico, mas como um bem que é inerente a si mesmo: a pessoa, a política, a ciência, a técnica e outros. Pensar no bem dessa forma significa transformá-lo em um destino, não num meio ou num momento temporal. O bem é sempre bem e é assim para sempre. Nesse sentido o destino da política será de encontrar com responsabilidade este bem ontológico para o bem comum de um povo, de uma sociedade, onde o partido é um meio para levar a seu destino.

Educar é responsabilidade política.

Assim, o ponto importante de uma comunidade ou de um partido é apenas a pessoa, que fundada na responsabilidade e na liberdade, pode educar de forma transcendental ao outro. A transcendência da responsabilidade e da liberdade governa cada mudança, cada cultura e cada sociedade. Nada pode empobrecer o que o homem tem em si mesmo. Um ambiente poderá ser educativo ou poderá não sê-lo, poderá ser um modelo de justiça ou de paz em comparação com outras sociedades, mas só poderá educar utilizando as pessoas. Nesse sentido, a esfera do saber, do conhecimento tem que dar lugar à esfera do ser, onde os valores podem se realizar e permitir o nascimento da amizade civil, fundamento da

¹¹ J. Maritain. *Possibilità di cooperazione in un mundo diviso*(1947). In: *Il filosofo nella società*. Brescia, Morcelliana1976, p. 42.

¹² MARITAIN, J. *Address at the opening of UNESCO Conference*. Mexico City, 1947. On *Proceedings of the second session of UNESCO, 1 April, 1947*, pp 27-33.

boa” política. Está na “boa política” a responsabilidade de ser levada a ser viva de forma autêntica pela liberdade, que é a força dentro de nos e nos permite ir mais além do edonismo, do eudemonismo e de outras formas físicas. A liberdade metafísica pode levar-nos ao diálogo e excluir o preconceito. Aproximar-se do diálogo significa deixar cada juízo e preconceito para poder sair da escravidão do egoísmo e colher a beleza da riqueza que o outro nos dá. Este diálogo é a base para poder construir o bem como *bonum honestum*, ou seja, encontrar algo que seja um bem acima da existência física, mas que tenha como ato prático o bem comum. Onde encontrar *bonum honestum*? Maritain diz que também entre os homens intelectualmente divididos se pode colaborar em uma tarefa comum prática.¹³

No memorável discurso feito na Cidade do México, em 6 de novembro de 1947, por ocasião da Conferência Geral da UNESCO, Jacques Maritain – com referência à dramática experiência da Segunda Guerra Mundial, recém terminada – punha como condições obrigatórias para a construção de um mundo caracterizado pela Paz e a Justiça, por um lado, com reconhecimento de todos e por cada parte, dos fundamentais direitos humanos e por outro, com a criação de uma comunidade mundial com poderes de decisão e fundada sobre a idéia do abandono do conceito de soberania nacional. A Organização das Nações Unidas que estava se organizando nessa época, parecia-lhe como início da aceitação e da partilha do bem que é para todos e que não pode estar escondido.

A política dos partidos.

Prosseguindo na reflexão fundada na responsabilidade, os políticos trabalham na comunidade utilizando os partidos até chegar a algo único e não conseguir ver a beleza do bem que, em troca, está mais além do mesmo. A falta está quando o partido representa a finalidade de dar vantagens ao mesmo e não olhar o bem das pessoas, nem e, sobretudo, o bem comum que é de todos. Como escreve Viotto, o verdadeiro partido, para Maritain, é o que analisa e busca solucionar responsabilmente os problemas fundamentais do povo:

“A postura do filósofo fora dos partidos, qualquer deles, sua independência diante da ação imediata, necessita de ajuda quanto à técnica e à arte, representa o oposto da evasão e da fuga, porque o filósofo guarda sua utilidade entre os homens e sua independência testemunha a liberdade da inteligência frente ao momento que passa. Ser livre não significa ser indiferente e estranho, mas empenhar-se no campo da competência para buscar os princípios reguladores da experiência política”.¹⁴

Quando o partido se transforma em uma finalidade e além disso doentia, a única força fundamental, para Maritain, não é a confiança no partido, mas sim saber trabalhar no mundo seguindo a orientação da razão, porque é capaz de entender a finalidade das ações segundo o *bonum honestum*, o bem que tem valor em si mesmo. Só a inteligência pode levar-nos às eleições autênticas, verdadeiras e livres, sem nenhum condicionamento, vividas na independência mais absoluta. Nisso se nota que “é preciso superar o esquema da contraposição direita e esquerda”¹⁵, para fazer florescer “os valores da verdade, da justiça e

¹³ J. MARITAIN. *Discurso di apertura all'Assemblea dell'Unesco a città del Messico*. In *Stadium*, XLIV, 1948, pp. 325-333.

¹⁴ P. Viotto, *Grandi amicizie. J. Maritain e i loro contemporanei*. Roma, Città Nuova, 2008, p. 174.

¹⁵ *Idem*, p. 175

da amizade fraterna”¹⁶. Valores que não são só do político, do cristão, do muçulmano, do judeu ou de outros, porem da comunidade toda, porque verdadeiros. É essa verdade que o político-filósofo tem que perseguir sempre, diz Maritain, porque “se a filosofia é uma das forças que contribuem ao movimento da historia e às transformações que têm lugar no mundo, é porque ela, antes de tudo, permite a expansão metafísica do ser, aspira só a distinguir e a contemplar o que é a verdade”.¹⁷

Na mesma posição encontramos a reflexão de Alcide De Gasperi que considera a política como um serviço para a sociedade. “Muitos falam de quem está à direita ou à esquerda, mas o que importa é ir para frente, e ir para frente quer dizer que faz falta ir para a justiça social”.¹⁸

Uma política autêntica e de valor pode ser realizada, segundo Maritain e De Gasperi, mas apenas se acompanhada pela liberdade fundada na verdade e nas virtudes, não em um partido especial. Também na “coisa política” pode entrar o vício, com o desejo de prevalecer sobre os outros e provocar danos aos outros e permitir lucros ilegais a si mesmos ou ao partido ou à comunidade a que pertence. As virtudes com certeza podem ajudar o homem e o político a viver com responsabilidade as eleições, feitas por um bem compartilhado por todos e sobretudo universal. A universalidade pode nascer se o individuo consegue ver “mas além” do homem, do tempo e do espaço, pondo algo de igualdade.

Nesta perspectiva se coloca o papel da política como serviço também em gestão dos complexos problemas que sufocam as comunidades, ricas ou pobres, em que vivemos?

3. Conclusões: uma política entre o dom gratuito e o serviço.

Como mudar uma política que hoje já não tem força e leva apenas a uma crise democrática e social? A análise crítica, bem pessoal, sobre Humanismo Integral, quer sublinhar que apenas a responsabilidade profunda que nasce da pessoa e do amor ao outro pode mudar a ação experimentada e mudar, rumo a uma meta mais segura e verdadeira para o mundo inteiro. Uma responsabilidade que nasça da consciência de cada ser humano, e que deve transformar a mesma política em um “serviço” à comunidade, no dom mais total e autêntico.

Essa difícil cultura da solidariedade, muito desejada também pelo papa Francisco, poderá além de tudo, representar um terreno de possível acordo entre crentes e não crentes e entre homens de diferente fé religiosa. Com efeito, trataria da extensão das relações mundiais da clássica “regra de ouro”, ou seja do convite para “fazer aos outros o que se desejaria a si mesmo”, principio este, presente, pelo menos em estado embrionário, em quase todas as culturas do mundo, em todas as épocas e em todas as latitudes.¹⁹ Proposta em especial perspectiva das relações entre as diferentes áreas do mundo, a regra de ouro poderia ser assim formulada: “Obra de maneira que todos os homens possam desfrutar dos direitos que lhe são reconhecidos e aproveitar dos bens de que você mesmo goza”. Neste principio poderia ser possível encontrar um razoável consentimento, considerando também a persistente dificuldade de fazer aceitar as restrições e os sacrifícios indispensáveis para que esse critério se possa concretamente realizar. Porém, segundo esse ponto de

¹⁶ Ibidem

¹⁷ J. MARITAIN. *La política come servizio*. Corriere della sera. Milano, 2011, p. 1.

¹⁸ ALCIDE DE GASPERI, *La política come servizio*. Corriere della sera, Milano, 2011, p. 1.

¹⁹ Cf C. Vigna – S. Zanardo. *La regola d’oro come etica universale*. Milano, Vita e Pensiero, 2005.

vista, a “regra de ouro” sublinha seu caráter dinâmico e progressivo e se transforma, desde a clara comprovação de sua necessidade, em um concreto recorrer à ação, na linha – claramente compreendida por Ricoeur – do indispensável passo do simples “reconhecimento” do outro ao cuidar-se do outro: também do outro desconhecido e distante, mas que forma parte da mesma humanidade.

Nesta regra nasce o respeito e a honestidade de parte dos políticos pelos cidadãos e por isso, do povo. Assim se fortalece a política do serviço que sabe dar-se e dar com gratuidade para a construção responsável de uma verdadeira comunidade, bela e bondosa. Quem sabe dar com gratuidade e conhece a beleza do “dom” pode fazer realmente e concretamente o bem comum de todos, porque não cria seu próprio interesse econômico ou de poder, mas o bem simples e autêntico que vive de esforços incessantes e da atividade comum de todos.

Maritain sempre desejou uma vida política modelar e fundada na solidariedade dos povos, não só no plano nacional, como dissemos na primeira parte, mas no plano europeu e humanitário. Sair das formas mais egoístas e soberbas da preeminência do poder, para descer, por uma democracia séria, até as necessidades das pessoas, dando respostas bem fundadas aos problemas que afetam o mundo inteiro. Essa proposta política esta muito presente no Humanismo Integral. Será também De Gasperi que fortificou essa intuição de Maritain em sua obra *La política como servicio*, e ele mesmo o admite.

Contra a marcha das forças instintivas e irracionais, contra a mística do materialismo revolucionário integral, só há que recorrer à instancia de nossa civilização comum: criar essa solidariedade da razão e do sentimento, da liberdade e da justiça e infundir à Europa unida aquele espírito heróico de liberdade e de sacrifício que tem levado sempre a decisão nos grandes momentos da história. Essa é a tarefa principal, a tarefa de todos.²⁰ A solidariedade e o amor ao outro poderá fazer do político um servidor do Estado e mudar a conhecida frase de De Gasperi: “o Estadista olha as próximas gerações, o político as próximas eleições”, em “O político olha as próximas gerações, o politiquero as próximas eleições”.

²⁰ A DE GASPERI. *La política come servizio.*, op. Cit, p, 98.